



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Conselho Municipal de Educação

Ata 030/2018

Aos vinte e nove dias do mês de outubro dois mil e dezoito, reuniram-se na sede do CME os conselheiros Elisangela Macedo, Luis Fernando Minasi, Rita de Cássia Madruga de Souza, Rosimeri Machado, Rosana Pfarrius; a assessora técnica Jaqueline Micelle, a secretária Lílian Xavier Machado, presididos pela conselheira Maria Aparecida Reyer. Ausentes, por motivo justificado, as conselheiras Katia Leivas e Melissa Velho de Moraes. Também presentes na reunião a secretaria de Município da educação, senhora Vanessa Pintanel, e o Superintendente Pedagógico da SMEd, senhor Felipe Alonso. A reunião começou com a presidente do CME dando as boas vindas aos representantes da SMEd. A seguir, a senhora Vanessa explicou que a solicitação da presente reunião tem como objetivo sua apresentação junto aos conselheiros municipais de educação como Secretária de Município da educação, bem como colocar-se à disposição deste CME para atuarem em regime de parceria. Também destacou que chegaram as suas mão duas demandas do CME, as quais ela gostaria de maiores informações. A primeira delas refere-se a uma solicitação feita, via protocolo digital no início do ano de dois mil e dezoito, na qual o CME soilcitaria uma assessoria jurídica para os conselheiros. Segundo a Secretária, a solicitação recebida foi encaminhada à Procuradoria Jurídica do Município, a qual solicitou maiores esclarecimentos. A presidente do CME esclareceu que, em algumas ocasiões, os conselheiros tem sofrido ameaças de judicialização contra suas pessoas físicas, por parte de proprietários de estabelecimentos de Educação Infantil não regularizados e que este Conselho gostaria de saber a qual órgão recorrer em caso da necessidade de se defender judicialmente A Secretaria Vanessa informou que desconhece ate que ponto a procuradoria Juridica do Municipio poderia atuar em casos de

processos contra pessoas físicas, mas comprometeu-se a levar os detalhes a esse órgão para verificar quais as medidas cabíveis a serem tomadas. O conselheiro Minasi destacou que o CME é uma instituição pública, integrante do Sistema Municipal de Ensino e tem agido como tal em suas decisões. A Secretária passou para a segunda demanda do CME que seria a regulamentação dos atuais Centros de Apoio Pedagógico que proliferam pela cidade. A presidente Maria Aparecida detalhou que as escolas de Educação Infantil autorizadas tem encaminhado denúncias a este Conselho de Educação contra os Centros de Apoio que funcionam sem legislação e que estão atendendo também crianças da faixa etária da Educação Infantil. A conselheira Elisângela explicou que essa é uma das estratégias encontradas pelas proprietárias desses centros de burlarem a legislação vigente para a Educação Infantil e continuarem atuando de forma clandestina. A presidente também relatou visitas feitas a alguns desses locais e a confirmação de que os mesmos atuam em condições totalmente inadequadas, inclusive colocando em risco a segurança das crianças ali atendidas. O conselheiro Minasi enfatizou que já há algum tempo os conselheiros tem se preocupado com essas questões, inclusive tendo realizado reuniões com o executivo Municipal e o Secretário de Município da Fazenda sugerindo que esse órgão realizasse uma fiscalização mais efetiva nesses estabelecimentos. Ainda, destacou que crianças a partir de quatro anos que estejam frequentando os Centros de Apoio, devem, obrigatoriamente, estar matriculadas em outro turno em escolas regulares. A presidente ressaltou que em reunião realizada com o Prefeito Municipal, o secretário de Município da Fazenda, a Secretária da Cidadania e Assistência Social e o Procurador Jurídico do Município o CME solicitou que algum órgão tomasse à frente para a solução do problema em questão e, sendo necessário, o fechamento desses estabelecimentos. Ainda, continuou a presidente, foi realizada uma reunião com o senhor Daniel Nascimento, responsável pelo Código de Posturas do Município, o qual organizou uma força-tarefa, juntamente com outros órgãos, responsável por fiscalizar e notificar os estabelecimentos irregulares. Também destacou que seria necessário mais espaço na mídia a fim de esclarecer aos pais dessas crianças que tais Centros não se constituem em escolas de Educação Infantil. A Secretária

Vanessa afirmou que pretende entrar em contato com a secretária da Fazenda a fim de buscar possíveis soluções para o problema. Dando continuidade, a presidente solicitou que a SMEd disponibilize para o CME um motorista, no mínimo, duas vezes por semana. O conselheiro Minasi também solicitou que a Secretaria de Educação providencie para a nova sede do CME dois computadores, uma rede de Internet potente e mais horas de trabalho para a Secretária e a Assessora técnica. Ainda, destacou a necessidade de os conselheiros passarem a ser remunerados por suas atividades, em função da demanda e da importância do trabalho realizado. Após, o conselheiro Minasi propôs que se realize um curso de formação continuada aos professores da rede sobre a elaboração de PPPs e Regimentos Escolares. A presidente relatou aos representantes da SMEd problemas que vem ocorrendo entre a direção e o CPM da escola Maria da Graça Reyes, inclusive destacando ter sido procurada pelo vereador João da Barra que solicitava providências quanto ao caso. A presidente relatou que informou ao vereador que o CME já ouviu as duas partes envolvidas e encaminhou o caso ao conhecimento da SMEd. O senhor Felipe sugeriu que se formule uma carta-regulatória para a atualização dos estatutos dos CPMs das escolas municipais. A seguir, o conselheiro Minasi questionou se há algum projeto por parte da Secretaria de Educação em realizar mudança na lei de eleição de diretores municipais. A secretária Vanessa respondeu afirmativamente, inclusive declarando que a proposta de mudança de lei encontra-se na Câmara de Vereadores para aprovação. A conselheira Rosana, representante do SINTERG, destacou que é necessário uma revisão da lei em questão na sua íntegra e não apenas em alguns artigos específicos ao que a secretária respondeu que acredita ser possível alguns avanços nessa questão. Por fim, a Secretária agradeceu a oportunidade e colocou-se à disposição dos conselheiros para o que for necessário. Acordou-se que a leitura e aprovação da ata da última reunião e os demais pontos da pauta prevista para hoje serão abordados na próxima reunião do Pleno. Esgotada a pauta da reunião e nada mais havendo a tratar, eu, Lílian Xavier Machado, lavro a presente Ata que será assinada por mim e pela Presidente.

Lílian Xavier Machado

Secretária do CME

Maria Aparecida Reyer

Presidente do CME